

# Demonstrações Financeiras

# marisa

MARISA LOJAS S.A. 61.189.288/0001-89

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### VAREJO

**RECEITA LÍQUIDA:** No 4T17 a receita líquida alcançou R\$ 676 milhões, relativamente estável em relação ao 4T16, mesmo comportamento verificado no acumulado de 2017, no qual houve um crescimento de 0,2% em relação ao 2016. Tal resultado, devido ao aumento da receita líquida em decorrência da recuperação de receita, não deixa de indicar uma boa recuperação quando comparada à dinâmica de queda das vendas acentuada no 4T16 ante o 4T17, período em que o SSS apresentou queda de 12,7%. Na análise das vendas no 4T17, detectou-se um impacto negativo derivado do baixo fluxo de clientes em lojas. No lado positivo, houve uma pequena melhoria no volume de peças vendidas ante o mesmo período do ano anterior, derivado de ligeiro aumento na conversão. Detectou-se também que, além do menor fluxo, as vendas do trimestre foram negativamente impactadas pela baixa aceitação de uma das nossas categorias - aspecto que já está sendo endereçado pela gestão comercial - e problemas derivados da implementação da nova plataforma de e-commerce. A análise sob o ângulo de perfil de loja indicou que aquelas unidades pertencentes ao cluster Top já apresentaram SSS positivo tanto no 4T17 quanto no FY17, confirmando a nossa leitura de que ainda permanece o desafio derivado do ambiente macroeconômico/competição informal, que se confirma na baixa performance das lojas do cluster PFP.

**LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA:** No 4T17, não obstante as vendas terem permanecido relativamente estáveis a.e., o lucro bruto apresentou crescimento de 4,5% a.a., totalizando R\$350,3 milhões. A margem bruta, por sua vez, apresentou expansão de 210 bps ante o 4T16, alcançando 51,8% - maior margem dos últimos 5 anos - e refletindo a estratégia adotada pela Companhia, que prioriza a recuperação de margens.

**DESPESAS COM VENDAS:** apresentaram queda de 12,6% a.a., alcançando R\$ 233 milhões, menor valor nominal dos últimos 6 anos. Este resultado é fruto do trabalho constante no controle nas despesas, a fim de readequar a estrutura da Companhia frente ao menor nível de vendas, associado aos ganhos de eficiência no âmbito do Programa TransformMAR - especialmente aqueles ligados à melhor gestão das escalas de funcionários em lojas e otimização das despesas de ocupação e gastos gerais. **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS:** alcançaram R\$ 59,0 milhões, incremento de 31,0% sobre o 4T16. Esse crescimento está relacionado majoritariamente aos gastos não recorrentes incorridos na reestruturação da Companhia, no âmbito do Programa TransformMAR, no valor de R\$8,1 milhões. Excluídos tais gastos, o G&A teria apresentado crescimento de 13,1%. No combinado, o SG&A da Companhia apresentou uma redução nominal de 6,5% no 4T17, atingindo R\$ 291,8 milhões. Com o ajuste nos gastos não comparáveis referentes ao programa de reestruturação da Companhia, o SG&A teria apresentado redução de 9,1% em relação ao 4T16. Tal resultado reflete mais uma vez os contínuos esforços da gestão em busca de ganhos adicionais de eficiência, sem comprometer os investimentos necessários para a recuperação do *top-line*, bem como sem apresentar reduções significativas na área de vendas.

**OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS:** totalizaram um saldo negativo de R\$ 11,0 milhões no 4T17, em função de ajustes de provisões para contingências em geral. **EBLITA AJUSTADO VAREJO:** totalizou R\$ 53,4 milhões no 4T17, um crescimento de 373% a.a.. Ganhos de rentabilidade advindos do aumento da margem bruta, associados a eficiente gestão de despesas levaram a um crescimento do EBITDA Ajustado da Companhia, mesmo diante do não crescimento das vendas do varejo. Considerado o ano de 2017 como um todo, o EBITDA Ajustado do Varejo totalizou R\$ 87,2 milhões, substancialmente superior ao reportado em 2016, no valor de R\$ -3,6 milhões. Apesar do ganho adicional advindo da recuperação de tributos temporários (exclusão do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços na base de cálculo do PIS e da Cofins), a performance do varejo contínuo apresenta avanços em seus principais pilares: vendas em processo de estabilização *vis à vis* queda relevante nos períodos anteriores; recuperação da margem bruta; e SG&A nominalmente menor - sem redução material na área de vendas -, resultados esses que já refletem a captura gradativa da iniciativas do Programa de Transformação da Companhia.

### PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS (PSF)

**CARTÃO PRIVATE LABEL:** A participação do cartão Private Label atingiu 38,4% das vendas do trimestre, uma redução de 370 bps em relação ao 4T16.

A *Recicla de Juros, Líquida de Custos de Captação* alcançou R\$ 64,7 milhões, uma redução de R\$ 5,3 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal redução reflete a menor participação do Private Label, acima mencionada, associada a uma menor penetração do produto 0+8, que atingiu 8,3% das vendas, queda 2,3 p.p. ante o 4T16.

Já a receita de serviços financeiros alcançou R\$ 42,5 milhões, um crescimento de R\$ 2,2 milhões a.a., aumento que decorre principalmente em função do reconhecimento da receita direta relativa à renovação da parceria com a Assurant Seguradora - *videlicet* comunicado ao mercado, divulgado em março de 2017.

As *Perdas, Líquidas de recuperações*, por sua vez, totalizaram R\$ 42,8 milhões, ou 8,0% em relação à carteira, levemente acima do verificado no 4T16. Tal resultado reflete a assertividade das políticas de concessão e recuperação adotadas pela Companhia. Considerado o ano de 2017, as perdas líquidas totalizaram R\$ 169,4 milhões, uma redução de -1,3% a.a.

Destaca-se o fato de os indicadores de curva e EFFIC permanecerem dentro de níveis praticamente estáveis para o padrão histórico. O ligeiro deslocamento da gestão de EFFIC no mês de outubro - já normalizado nos meses subsequentes - esteve associado a menor recuperação de crédito ocorrida durante o mês.

**EMPRÉSTIMO PESSOAL:** a *Recicla de Juros, Líquida de custos de captação* totalizou R\$ 40,1 milhões, um crescimento de 11,6% ante o 4T16. Tal aumento decorre principalmente da melhor composição do portfólio, com a carteira em dia de R\$ 116,2 milhões em relação ao 4T16, crescimento de 23,7% em relação ao balanço de 2016 - fruto de concessões de crédito mais assertivas, prioritariamente para clientes MARISA.

As *Perdas, Líquidas de recuperações* totalizaram R\$ 11,5 milhões, um incremento de R\$ 4,5 milhões em relação ao 4T16. Esse

incremento acompanha o aumento de 19,5% na carteira de recebíveis com relação ao 4T16, sendo afetado também pelo menor nível de recuperação dos créditos vencidos - cerca de R\$ 2,1 milhões - derivado da operação de venda da carteira acima de 360 dias realizada no 2T17, no valor de R\$ 5,8 milhões.

Assim como na operação do Private Label, os indicadores prospectivos (EFFIC) do Empréstimo Pessoal não indicam deterioração das atividades de financiamento.

**CARTÃO 0+8-BRANDED:** a *Margem de Contribuição* do produto totalizou R\$ 20,3 milhões, uma redução de R\$ 1,7 milhão em relação ao 4T16, impactada principalmente pela menor receita de juros, fruto das mudanças regulatórias nas taxas do rotativo.

**CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:** recorrentes alcançaram R\$ 73,0 milhões, redução de 4,4% a.a., em linha com os ganhos de eficiência também obtidos na operação de varejo.

**EBITDA PSF:** o EBITDA consolidado da operação de PSF apresentou queda de 5,7% ante o 4T16, totalizando R\$ 40,3 milhões - impactado parcialmente pela menor participação do Cartão Marisa nas vendas do período e menor contribuição do cartão co-brand. No acumulado do ano, no entanto, o EBITDA da operação totalizou R\$ 195,7 milhões, um crescimento de 9,4% ante 2016, merecendo destaque a boa performance da operação de Empréstimo Pessoal.

### CONTAS A RECEBER

A carteira de recebíveis do Private Label encerrou Dezembro/17 em R\$ 537,0 milhões, com redução de 6,6% ante Dezembro/16, derivado da menor participação do cartão PL nas vendas totais da Companhia. Não obstante a redução da carteira total, os percentuais de vencidos e a vencer se mantiveram relativamente estáveis ante o balanço de 2016, resultado da assertividade e agilidade nas políticas de concessão e recuperação adotadas. A carteira do Empréstimo Pessoal encerrou Dezembro/17 em R\$ 158,8 milhões, 19,5% maior que o balanço de Dezembro/16. A composição do portfólio também se encontra bastante saudável, tendo a parcela dos recebíveis em dia passado de 70,7% em Dezembro/16 para 73,2% em Dezembro/17.

### EBLITA AJUSTADO TOTAL VAREJO + PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS

O EBITDA AJUSTADO DO 4T17 obteve um crescimento de 73,5% em comparação ao 4T16; já em 2017, o resultado também obteve importante crescimento de 61,4% com relação a 2016. Apesar da lenta recuperação das vendas no varejo, a combinação da margem bruta robusta (maior nível nos últimos 5 anos para tal período) e o SG&A absolutamente sob controle impulsionaram o resultado tanto no trimestre, quanto no ano. Os resultados da operação de PSF, também mais vez robustos, contribuíram a importante recuperação apresentada em 2017 - de certa forma, em linha com as projeções desenhadas na concepção do Programa TransformMAR.

### ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO E RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Ao final do 4T17, a Companhia apresentava um endividamento líquido de R\$ 577,9 milhões, R\$ 166,9 milhões acima do 4T16, devido principalmente às maiores alocações de recursos em capital de giro. O endividamento bruto, por sua vez, foi impactado pela antecipação de pagamentos ocorridas, no montante de R\$ 180 milhões, nos últimos períodos (venda do ano anterior). Vale lembrar que, a partir do 3T17, a Companhia suspendeu o provimento de créditos diferidos sobre o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 25,1 milhões, 42,4% abaixo do resultado também negativo do 4T16, sendo que tal redução deriva principalmente das menores despesas com Juros e Correção Monetária, as quais apresentaram diminuição de 41,2%, afetadas pela queda nas taxas de juros. Apesar da leve alta na participação de capital de terceiros sobre o capital total, a Companhia manteve o mesmo nível de relação dívida líquida/EBITDA ante o 4T16.

### FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa da Companhia em 2017, apesar da contribuição positiva do crescimento do EBITDA, foi negativamente impactado pelas maiores alocações de recursos em capital de giro. Isso se deveu à elevação intencional do nível de estoques em algumas categorias (impacto total de 23,8%) e também em função da não renovação de operação de securitização de recebíveis (na ordem de R\$ 130 milhões) realizadas em dezembro de 2016. Apesar do maior consumo de recursos em capital de giro, a Companhia encerrou o exercício com uma relação dívida líquida/EBITDA de 2,2x.

### RESULTADO OPERACIONAL CONSOLIDADO

**LUCRO LÍQUIDO:** A Marisa Lojas encerrou o 4T17 com um prejuízo líquido de R\$ 0,3 mn, ante um prejuízo de R\$ 6,0 mn no 4T16. Tal resultado está relacionado particularmente a melhor margem bruta da operação de varejo, novos ganhos de eficiência no SG&A da Companhia e uma redução nas despesas financeiras líquidas.

Considerado o ano de 2017, o resultado líquido negativo de R\$ 60,4 milhões representa uma redução de 31,3% sobre o prejuízo do ano anterior. Vale lembrar que, a partir do 3T17, a Companhia suspendeu o provimento de créditos diferidos sobre o prejuízo fiscal no Demonstrativo de Resultado, o que distorce a base comparativa. Excluído tal efeito, isto é, com a constituição do crédito de IR/CSLL, o prejuízo líquido de 2017 seria R\$ 33,2 mn, uma redução de 62,3% ante 2016.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido do exercício por ação)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Receita operacional líquida	23	2.220.741	2.215.524	2.875.577	2.852.785
Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços	24	(1.112.034)	(1.135.760)	(1.500.718)	(1.540.545)
<b>Lucro Bruto</b>		1.108.707	1.079.764	1.374.859	1.312.240
<b>(Despesas) Receitas Operacionais</b>		(880.991)	(932.030)	(880.391)	(929.500)
Despesas gerais e administrativas	26	(205.142)	(162.595)	(259.739)	(217.112)
Despesas com depreciação e amortização		(145.459)	(159.083)	(153.679)	(171.380)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	38.520	6.486	30.860	15.107
Resultado de equivalência patrimonial	13	103.934	119.902	-	-
<b>Despesas Financeiras</b>		19.569	(47.556)	111.910	9.355
Despesas financeiras	28	(138.799)	(184.869)	(168.093)	(215.485)
Receitas financeiras	28	23.670	41.632	47.624	61.215
<b>Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		(95.560)	(190.793)	(8.559)	(144.915)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		-	-	-	-
Corrente	11.b)	-	-	(90.911)	(37.147)
Diferido	11.a)	35.122	102.787	39.032	94.056
<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>		(60.438)	(88.006)	(60.438)	(88.006)
Por ação básico e diluído - R\$	29	(0,29717)	(0,43122)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receitas</b>				
Vendas de mercadorias e serviços	2.986.057	3.042.076	3.669.542	3.699.927
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(244.765)
Outras receitas operacionais	10.163	31.880	63.984	90.049
	2.996.220	3.073.956	3.488.761	3.554.794
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>				
Custo das mercadorias e dos serviços	(1.440.760)	(1.479.055)	(1.590.924)	(1.644.887)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(292.505)	(344.855)	(415.083)	(404.808)
	(1.733.265)	(1.823.910)	(2.006.007)	(2.049.695)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	1.262.955	1.250.046	1.482.754	1.505.099
Depreciação e amortização	(145.459)	(159.083)	(153.679)	(171.380)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia</b>	1.117.496	1.090.963	1.329.075	1.333.719
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	103.934	119.902	-	-
Receitas financeiras	23.670	41.632	47.624	61.215
Outras receitas	127.604	161.534	47.624	61.215
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	1.245.100	1.252.497	1.376.699	1.394.934
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>				
Pessoal e encargos	458.243	452.602	466.011	486.191
Remuneração direta	368.275	360.168	374.022	385.260
Benefícios	56.060	56.805	57.454	61.558
FGTS	33.908	36.629	34.535	39.373
Impostos, taxas e contribuições	498.089	479.101	515.169	547.385
Federais	283.726	271.353	396.843	334.763
Estaduais	214.179	207.476	214.198	207.553
Municipais	184	272	4.128	5.069
Juros e aluguéis	349.206	408.800	355.957	449.364
Juros	62.980	117.300	69.680	152.870
Aluguéis	286.226	291.500	286.277	296.494
Remuneração de capitais próprios	(60.438)	(88.006)	(60.438)	(88.006)
Prejuízo do exercício	(60.438)	(88.006)	(60.438)	(88.006)
<b>Valor Adicionado Total Distribuído</b>	1.245.100	1.252.497	1.376.699	1.394.934

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Prejuízo líquido do exercício	(60.438)	(88.006)	(60.438)	(88.006)	
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	14/15	151.090	159.083	153.679	171.380
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixado	14	10.543	3.754	10.543	3.788
Equivalência patrimonial	13	(103.934)	(119.902)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	(11.568)	(13.645)	(11.568)	(13.645)
Provisão para perdas dos estoques	6	(11.588)	(11.588)	(11.588)	(11.588)
Reversão de provisões para perdas do imobilizado e intangível (Ganho) Perda com investimentos, líquido	14/15	(112)	(112)	-	-
Plano de opção de compra de ações (stock option)	13	5.378	-	5.378	-
Instrumentos financeiros	22.e)	1.694	(7.856)	1.694	(7.856)
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos de financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	30	493	26.079	6.661	41.741
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	65.171	95.032	78.216	76.679
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(31.646)	(109.309)	(35.556)	(101.060)	(101.060)
Receita diferida	21	-	(18.250)	(16.076)	(17.068)
Provisão para litígios e demandas judiciais	20	(62.823)	73.919	(57.110)	76.808
		(36.152)	899	77.73	110.596
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	8	(9.425)	148.912	(127.402)	187.549
Estoques	9	(68.578)	3.664	(68.578)	5.014
Títulos e valores mobiliários	7	(1.284)	(9.104)	7.339	(17.497)
Tributos a recuperar	10	16.885	1.473	3.162	(21.539)
Partes relacionadas	12	978	(4.585)	1.025	7.255
Depósitos judiciais	21	(27.139)	(10.185)	(27.089)	(22.900)
Dividendos recebidos	13	165.990	112.260	-	-
Outros créditos	9	(7.200)	(4.938)	(7.829)	(23.592)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	16.1	34.747	89.486	34.726	87.562
Fornecedores comerciais	16.2	9.360	16.503	9.360	16.503
Tributos a recolher	19	515	(19.965)	86.992	29.908
Salários, provisões e encargos sociais	18	7.266	7.438	6.787	7.781
Partes relacionadas	12	(52.777)	49.352	(6.604)	647
Provisão para litígios e demandas judiciais	22	(3.442)	(4.925)	(8.011)	(9.623)
Aluguéis a pagar	31	4.200	2.227	4.192	1.079
Receita diferida	-	-	-	75.000	-
Outras obrigações	1.393	10.063	(3.889)	21.194	-
Caixa gerado nas operações	30.837	387.573	56.954	378.937	378.937
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(67.301)	(49.403)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	30.837	387.573	(10.347)	329.534	329.534
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>					
Empréstimos a parte relacionada	12	-	(1.529)	-	(1.529)
Aquisição de imobilizado	14	(23.474)	(78.041)	(27.244)	(78.835)
Aquisição de ativo intangível	15	(24.482)	(26.820)	(28.416)	(28.511)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(47.956)	(106.390)	(56.660)	(108.875)	(108.875)
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>					
Captação de empréstimos e financiamentos	555	39.650	229.865	119.004	119.004
Amortização de empréstimos e financiamentos	(13.611)	(237.361)	(62.617)	(362.346)	(362.346)
Juros pagos	(58.637)	(102.270)	(62.765)	(109.872)	(109.872)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento:	(17.692)	(299.981)	104.483	(353.214)	(353.214)
<b>(Redução) Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa, Caixa e Equivalentes de Caixa</b>					
No início do exercício	335.142	353.940	419.058	551.613	551.613
No fim do exercício	246.331	335.142	447.534	419.058	419.058
<b>Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>					
	(88.811)	(18.798)	38.476	(132.555)	(132.555)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
<b>Passivo e Patrimônio Líquido Circulante</b>					
Fornecedores	16.1	327.123	292.376	327.727	293.001
Fornecedores comerciais	16.2	25.863	16.503	25.863	16.503
Empréstimos e financiamentos	17	394.686	30.656	581.751	110.247
Salários, provisões e contribuições sociais	18	78.603	71.337	82.428	75.641
Tributos a recolher	19	86.827	85.792	90.595	88.437
Partes relacionadas	12	7.864	65.141	-	6.604
Aluguéis a pagar	31	27.767	23.567	27.800	23.608
Instrumentos financeiros	30	12.088	18.343	31.495	31.582
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	520	20.939	3.406
Receita diferida	20	-			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto indicado quando de outra forma)

resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos ("swap" contratado) e descolamento divergentes são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência. **n) Ajuste a valor presente:** As operações de compras e vendas a prazo, preferidas, foram trazidas a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que a controlada incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. A Companhia adota a taxa média de encargos financeiros das captações, pois o preço à vista e o parcelamento preferido têm o mesmo valor de venda, não sendo política da Companhia conceder descontos para pagamentos antecipados; além disso, não é considerada a variável juros na política de precificação dos produtos. **o) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: (i) Correntes:** A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis fiscais no momento do seu registro. Para as controladas Club e Sax, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL também são ajustadas com base no regime de lucro real. Para as demais controladas, o regime de apuração utilizado é o de lucro presumido. **(ii) Diferidos:** O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros são suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais do IRPJ e as bases negativas de CSLL. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com IRPJ e CSLL diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se refere a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido, nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos reconhecidos sobre o lucro líquido - CSLL e calculada de acordo com a mesma entidade tributável. **p) Benefícios a empregados: (i) Benefícios a curto prazo e empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação passa ser estimada de maneira confiável. **(ii) Plano de outorga de opções de compra de ações:** O valor justo das opções outorgadas pela Companhia a executivos é reconhecido como despesa no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido. Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções e reconhece, quando aplicável, no resultado do período em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais. **q) Apresentação de informações por segmento:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor Presidente. **r) Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP):** A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio referida pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório (25% sobre o lucro líquido) é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos" no patrimônio líquido. **s) Investimentos:** As participações em sociedades controladas e em coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora. Nas operações entre as controladas da Companhia, os ganhos ou perdas não realizadas, foram eliminados. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes com as adotadas pela Companhia. Para a aplicação do método da equivalência patrimonial na coligada Netpoints, a Companhia utiliza a demonstração contábil mais recente, respeitando o limite de dois meses e, até a data da divulgação das demonstrações financeiras anuais, não houve eventos significativos que afetassem os números divulgados. **t) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

#### 4. Principais Fontes de Julgamento e Estimativas

A Administração da Companhia e de suas controladas realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: **a) Provisão para perdas de inventário:** A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na data do balanço. **b) Provisão para desvalorização dos estoques:** A desvalorização dos estoques ocorre quando itens são vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção, além de itens identificados no período com baixo giro. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques na data do balanço, com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado. **c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes do Cartão Marisa são controladas por faixa de vencimento e CPF dos respectivos clientes, sendo efetivo acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas, aplicando-se esse percentual sobre os valores vendidos acima de 90 dias, considerados como críticos pela Administração. A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre a carteira de empréstimo pessoal é constituída, preventivamente, por provisões adicionais aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.882 com base na perda histórica. **d) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O julgamento da administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. **e) Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **f) Transações com Pagamentos Baseados em Ações:** A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data de sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a venda alterada de opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

#### 5. Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas

A seguir apresentamos o pronunciamento revisado que ainda não está em vigor e será efetivo nos próximos exercícios sociais: IFRS 16 - CPC 06 - Arrendamento Mercantil. Tem o objetivo de unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma e as transações que potencialmente serão impactadas estão divulgadas na nota explicativa 31 - Arrendamento Operacional - Locação de Lojas.

A seguir apresentamos duas novas normas que serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **a) CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros:** O CPC 48 / IFRS 9, em substituição ao CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma exige que a Companhia realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma e não espera que esta norma produza impacto relevante nas demonstrações financeiras. **b) CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes:** As receitas da Companhia decorrem de três segmentos operacionais: (i) atuação nos segmentos varejistas de artigos de vestuários em geral e outros próprios de lojas de departamentos; (ii) oferta de produtos e prestação de serviços financeiros através da administração de cartões de crédito próprio (modalidades de "private label" e "co-branded") e (iii) empréstimos pessoais através da controlada Sax.

A Companhia não identificou quaisquer alterações nas contabilizações referentes as receitas de contratos com clientes existentes em sua operação até 31 de dezembro de 2017, e está avaliando o impacto da aplicação desta norma, e não espera que a mesma produza impacto relevante nas demonstrações financeiras.

#### 6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa.....	12.628	10.205	12.636	10.214
Bancos conta movimento.....	27.457	24.918	28.751	25.827
Aplicações financeiras.....	206.246	300.019	416.147	383.017
	<u>246.331</u>	<u>335.142</u>	<u>457.534</u>	<u>419.058</u>

#### 6.1. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Operações compromissadas (i).....	191.873	257.310	268.230	318.215
CDB (ii).....	14.193	42.131	121.819	42.609
CDI (iii).....	-	-	25.918	19.067
Outras aplicações financeiras.....	180	578	180	3.126
	<u>206.246</u>	<u>300.019</u>	<u>416.147</u>	<u>383.017</u>

(i) Referem-se a operações compromissadas em debêntures, que se caracterizam pela venda de uma debênture com o compromisso por parte do vendedor (Banco) de recompra-la e do comprador (Companhia) de revendê-la a qualquer momento e sem perda de rendimento, que em 31 de dezembro de 2017 apresentou remuneração média de 100,88% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,34% em 31 de dezembro de 2016). (ii) Referem-se a aplicações em CDB com compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento, que em 31 de dezembro de 2017 apresentou remuneração média de 102,41% do CDI (100,53% em 31 de dezembro de 2016). (iii) Referem-se a aplicações em CDI - Interbancária da controlada Sax Financeira, com compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento, que em 31 de dezembro de 2017 apresentou remuneração média de 97,97% do CDI (99,05% em 31 de dezembro de 2016).

#### 7. Títulos e Valores Mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Bancos (a).....	-	18.630	17.538	21.018
CDB.....	(b)	305	249	406
Operações compromissadas.....	(c)	240	376	455
Outros títulos e valores mobiliários.....	-	1.480	1.345	1.482
		<u>20.655</u>	<u>19.371</u>	<u>23.282</u>
Ativo circulante.....		2.733	965	3.040
Ativo não circulante.....		17.922	18.406	20.242
		<u>20.655</u>	<u>19.371</u>	<u>23.282</u>

(a) Referem-se aos saldos em conta corrente dados em garantia a processos judiciais e fiança à operação de *co-branded* com o Itaú. (b) Aplicações em CDB com rendimento médio de 99,10% do CDI dadas em garantia em processos judiciais (100,34% do CDI em 31 de dezembro de 2016). (c) Referem-se a operação compromissada em debêntures, com rendimento médio de 99,51% do CDI dadas em garantia em processos judiciais (de 100,23% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

#### 8. Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber de clientes - Cartão Marisa:				
A vencer:				
Até 30 dias.....	58.438	106.978	114.688	123.761
De 31 a 60 dias.....	1.164	58.527	65.127	67.576
De 61 a 90 dias.....	54.814	38.185	57.784	62.675
De 91 a 120 dias.....	626	24.826	41.869	46.002
De 121 a 150 dias.....	402	14.010	30.583	34.853
De 151 a 180 dias.....	299	698	17.748	10.824
De 181 a 210 dias.....	468	497	15.336	18.145
Acima de 210 dias e menor de 360 dias.....	479	1.279	25.543	32.183
	<u>116.490</u>	<u>245.000</u>	<u>368.698</u>	<u>406.019</u>

Vencidas:

Até 30 dias.....	-	-	63.283	66.775
De 31 a 60 dias.....	-	-	24.315	25.151
De 61 a 90 dias.....	-	-	24.141	21.194
De 91 a 120 dias.....	-	-	21.059	20.414
De 121 a 150 dias.....	-	-	18.237	17.816
De 151 a 180 dias.....	-	-	16.181	17.589
	-	-	<u>167.216</u>	<u>168.939</u>
	<u>116.490</u>	<u>245.000</u>	<u>535.914</u>	<u>574.958</u>

Administradoras de cartões de crédito - terceiros (a)..... 149.841 27.788 149.841 27.738  
 Cartão "co-branded" - Marisa Itaucard (b)..... 36.901 23.786 36.901 23.786  
 Contas a receber - Banco Itaú Unibanco..... - - 9.074 6.611  
 Operações de crédito pessoal - SAX (c)..... - - 158.822 132.880  
 Outras contas a receber..... 201 330 448 521  
 Ajuste a valor presente..... (4.092) (6.988) (4.092) (6.988)  
 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)..... (63.649) (63.649)

(a) Referem-se a saldo com administradoras de cartões de crédito no recebimento em até 90 dias e de 96% em 31 de dezembro de 2017 (94% em 31 de dezembro de 2016). Em 31 de dezembro de 2016, a fim de preservar níveis adequados de liquidez, a Companhia optou por antecipar parte de sua carteira de recebíveis de cartões de terceiros o valor total de R\$122.105. (b) Conforme contrato celebrado com o Banco Itaú Unibanco Múltiplo S.A. ("Itaú Unibanco") para criação do cartão de crédito Itaú Unibanco/Marisa ("co-branded"), nas situações em que ocorre a migração do cliente detentor do "Cartão Marisa" para este novo cartão, o saldo a receber em aberto são automaticamente assumidos pelo Itaú Unibanco, o qual pagará à Marisa o valor principal acrescido de juros previamente contratados pelo cliente nas vendas parceladas, se aplicável. (c) Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o montante das operações de crédito pessoal está assim distribuído por prazo de recebimento:

	31/12/2017		31/12/2016	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer:				
Até 30 dias.....	25.037	20.483		
De 31 a 60 dias.....	21.642	17.875		
De 61 a 90 dias.....	16.855	13.864		
De 91 a 180 dias.....	32.668	26.311		
Acima de 181 dias.....	19.959	15.404		
	<u>116.161</u>	<u>93.937</u>		

Vencidas:

Até 30 dias.....	8.743	7.034		
De 31 a 60 dias.....	5.448	4.539		
De 61 a 90 dias.....	4.698	4.031		
De 91 a 120 dias.....	3.484	3.073		
De 121 a 150 dias.....	3.298	3.328		
De 151 a 180 dias.....	3.600	3.328		
De 181 a 240 dias.....	6.159	6.154		
De 241 a 300 dias.....	4.068	4.462		
De 301 a 360 dias.....	1.729	1.188		
	<u>42.661</u>	<u>38.943</u>		
	<u>158.822</u>	<u>132.880</u>		

(d) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Patrimônio líquido		Prejuízo líquido investido	Total do investimento	Resultado da equivalência
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			
Saldo em 31 de dezembro de 2015.....	(115.814)	-	-	-	-	-	-
Créditos provisionados no exercício.....	(235.182)	-	-	-	-	-	-
Créditos baixados definitivamente.....	267.347	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	(83.649)	-	-	-	-	-	-
Créditos provisionados no período.....	(247.457)	-	-	-	-	-	-
Créditos baixados definitivamente.....	244.995	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	(86.111)	-	-	-	-	-	-

Transferência de contas a receber de clientes  
 Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia cedeu o montante de R\$ 30.000 de seu contas a receber de clientes para instituição financeira. Estas contas a receber de clientes não foram desreconhecidas do balanço, pois a Companhia reteve os riscos e benefícios dos recebíveis, principalmente o risco de crédito. O valor recebido na transferência foi reconhecido como um empréstimo bancário garantido (veja nota explicativa 17). Esta operação não ocorreu em 31 de dezembro de 2017.

#### 9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Mercadorias para revenda.....	365.199	310.440	365.199	310.440
Provisões para perdas dos estoques (a).....	(12.631)	(24.199)	(12.631)	(24.199)
Mercadorias para revenda, líquidas.....	352.568	286.241	352.568	286.241
Importação em andamento.....	53.934	40.233	53.934	40.233
Estoque de material de consumo e embalagem.....	11.882	11.764	11.882	11.764
	<u>418.384</u>	<u>338.238</u>	<u>418.384</u>	<u>338.238</u>

(a) Refere-se às prováveis perdas de inventário e desvalorização dos estoques e sua movimentação é como segue:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo em 31 de dezembro de 2015.....	(37.844)	-
Provisão registrada.....	(22.018)	-
Baixa de provisão.....	45.863	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	(24.199)	-
Provisão registrada.....	(12.543)	-
Baixa de provisão.....	24.111	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	(12.631)	-

#### 10. Tributos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto sobre Circulação Mercadorias e Serviços.....	7.402	7.057	7.402	7.057
Imposto de renda sobre aplicação financeira.....	7.239	24.348	7.898	39.246
Imposto de Renda Retido na Fonte.....	-	-	1.313	1.604
Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social.....	41	65	6.966	8.231
Programa de Integração Social.....	9	20	1.513	2.283
Imposto sobre produtos industrializados.....	2.849	2.929	2.849	2.929
Outros.....	3.120	3.124	3.046	3.974
	<u>20.660</u>	<u>37.543</u>	<u>30.987</u>	<u>63.324</u>
Ativo circulante.....	18.461	27.730	28.788	53.082
Ativo não circulante.....	2.199	9.813	2.199	10.242
	<u>20.660</u>	<u>37.543</u>	<u>30.987</u>	<u>63.324</u>

#### 11. Imposto de Renda e Contribuição Social

##### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal.....	210.027	167.505	210.027	181.987
Base negativa de CSLL.....	75.610	60.302	75.610	65.515
Receita diferida - parcerias.....	-	-	32.442	11.724
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	23.124	22.188
Provisão para litígios e demandas judiciais.....	29.473	52.003	34.017	55.697
Provisão para perdas nos estoques.....	4.295	8.228	4.295	8.228
Bônus a empregados.....	2.660	1.444	6.207	1.580
Provisão de aluguel.....	6.067	4.585	2	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto indicado quando de outra forma)**

**(a) Debêntures:** As debêntures emitidas pela Companhia são nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quicquidária, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração. As debêntures não possuem garantias, os juros são amortizados semestralmente. As debêntures foram inscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional e à vista no ato da subscrição. Abaixo seguem as debêntures emitidas pela Companhia:

Debêntures não conversíveis	Principal RS	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação		Encargos financeiros		Controladora e Consolidado	
				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
1ª emissão	300.000	21/06/2018 (i)	21/06/2018 (i)	300	111,95% do CDI	300.000	300.000		
3ª emissão - 1ª série	100.000	25/04/2014	25/04/2019 (iii)	5.000	111,25% do CDI	50.000	50.000		
3ª emissão - 2ª série	100.000	25/04/2014	25/04/2021 (iii)	10.000	112,00% do CDI	100.000	100.000		
				Total do principal		450.000	450.000		
				Custos de transação a apropriar		(615)	(1.050)		
				Juros a pagar		2.504	5.193		
				Total Debêntures		451.889	454.743		
				Passivo circulante		302.918	6.084		
				Passivo não circulante		148.971	448.659		

(i) A amortização da primeira emissão de debêntures será efetuada em parcela única no vencimento em 21/06/2018. (ii) A amortização da terceira emissão de debêntures da 1ª Série será integralmente na data de vencimento das debêntures, ou seja, em 25/04/2019. Em 29 de julho de 2015, a Companhia promoveu uma oferta de aquisição facultativa para recomprar suas 5.000 debêntures da 1ª Série da taxa emissora, por preço não superior ao valor unitário nominal de cada debênture, acrescida da remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a data do pagamento da última remuneração, conforme respectivamente escrituras de emissão, e posterior cancelamento. A Companhia poderá revendê-la a qualquer momento sem perda de rendimento. (iii) A amortização da terceira emissão de debêntures da 2ª Série será em duas parcelas de: (i) 50% do valor nominal das debêntures da 2ª Série na data do sexto ano a contar da Data de Emissão, portanto em 25/04/2021, (ii) 50% do valor nominal das debêntures da 2ª Série na data de vencimento das debêntures da 2ª Série, portanto em 25/04/2021. Em relação às cláusulas de "covenants" financeiros, o contrato exige da Companhia a manutenção da razão entre Dívidas Líquidas e EBITDA ("Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization", que traduzido para o português significa: "Lucros antes de Juros, Impostos, depreciação e amortização"), em patamar inferior a 3,5 vezes ao ano, considerando-se como dívida líquida a somatória das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante; considera-se o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas de "covenants". (b) (CDI) - Certificado de Depósito Interbancário cuja taxa em 31 de dezembro de 2017 foi de 9,93% (14% em 31 de dezembro de 2016). (c) Na mesma data da captação desses recursos, a controlada Club contratou operações de "swap" com a mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxas pós-fixadas indexadas a um percentual do CDI. O montante registrado nessas operações está demonstrado na nota explicativa nº 30.a. (d) A fim de preservar níveis adequados de liquidez, em dezembro de 2016 a controlada Club realizou uma operação de antecipação de recebíveis junto ao Banco Safra S.A., operação não realizada em dezembro de 2017. As movimentações dos empréstimos e financiamentos são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Debêntures	454.143	-	49.634	451.889
Resolução nº 4131 (d)	52.103	555	2.402	55.060
BNDES	94.593	(5.125)	11.269	9.957
Finame	18.340	(6.701)	6.789	11.628
FINEP	9.837	-	1.062	9.945
Arrendamento mercantil	2.057	(1.785)	125	252
	631.073	555	(13.611)	628.517

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Debêntures	454.143	-	49.634	451.889
Capital de Giro	16.646	45.000	(18.000)	3.002
Resolução nº 2770 (d)	32.572	-	1.537	32.987
Resolução nº 4131 (d)	162.922	1.460	6.779	171.161
NP Safra	-	100.000	1.074	101.074
FRN Santander	-	80.000	2.560	82.560
BNDES	94.593	(5.125)	11.269	9.957
Finame	18.452	(6.770)	919	11.688
FINEP	9.837	-	1.062	9.945
Arrendamento mercantil	2.959	(3.405)	382	3.001
Antecipação de recebíveis	30.000	(30.000)	-	-
	821.524	229.865	(62.617)	808.772

As parcelas do passivo não circulante dos empréstimos e financiamentos vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
2018	-	-	361.678	-
2019	-	-	472.505	-
2020	54.160	58.308	122.537	58.316
2021	58.897	58.433	173.112	58.441
Após 2021	126.808	121.998	126.825	122.015
	239.865	600.417	422.474	171.277

**Cláusulas contratuais restritivas ("covenants"):** A Companhia possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants"), conforme consta nos contratos celebrados com os bancos. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia encontra-se adimplente às cláusulas restritivas.

**Garantias de empréstimos e financiamentos**

	Tipo de garantia		31/12/2017		31/12/2016	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Banco Safra S.A. e Banco Votorantim			85.129	30.342	85.129	30.342

**18. Salários, Provisões e Contribuições Sociais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Férias	36.899	40.325	39.963	42.794
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	10.822	11.220	9.286	9.377
Salários a pagar	10.822	11.220	11.102	11.703
Imposto de renda retido na fonte	2.379	2.531	2.642	2.889
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	3.445	2.811	3.282	2.955
Bônus a empregados	17.823	5.111	18.255	5.111
Outros	204	304	225	322
	78.603	71.337	82.428	75.641

**19. Tributos a Recolher**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
CMO	60.784	61.374	60.784	61.374
CMCS	19.229	18.856	22.274	21.370
COFINS	4.172	4.085	4.366	4.185
PII	50	-	50	-
Outros	2.592	1.477	3.121	1.508
	86.827	85.792	90.595	88.437

**20. Receita Diferida**

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Receita diferida	31.667	34.482
Itaú / Marisa (a)	1.985	3.996
Amidade Cartão Marisa Assurant (b)	97.402	38.478
Passivo circulante	19.800	6.811
Passivo não circulante	77.602	31.667
	97.402	38.478

**(a) Operação Itaú/Marisa:** Simultaneamente à criação do cartão de crédito Itaú/Marisa ("co-branded") ocorrida em 2008, a Companhia, por meio da sua Controlada Club, recebeu do Itaú Unibanco a quantia de R\$120.000 pela exclusividade e uso da base de dados de clientes da Companhia. A Companhia e o Itaú Unibanco, na proporção de 50% para cada um, dividem os resultados decorrentes da oferta, distribuição e comercialização dos cartões de crédito, sendo o pagamento do resultado efetuado trimestralmente. Em 29 de setembro de 2015, a Companhia e o Itaú celebraram a renovação desta parceria para o desenvolvimento de novos cartões bandeirados Itaucard Marisa - MasterCard. A parceria inicial, válida por 10 anos e que entrou em vigor em abril de 2009, foi estendida até 31 de março de 2029. Em virtude desta renovação e ampliação de prazo da parceria, a receita diferida será apropriada ao resultado da fruição de prazo do respectivo aditamento. **Garantias e compromissos assumidos:** Nesta operação, a Companhia e sua controlada Club, apresentaram garantia no valor de R\$ 76.762, (R\$ 27.689 em 31 de dezembro de 2016), composta por contas a receber de clientes Cartão Marisa - private label, ações próprias dos acionistas majoritários e aplicações financeiras. **b) Renovação de parceria - Assurant:** Em 29 de março de 2017, a Companhia e suas controladas Club e Sax, renovaram sua parceria com a Assurant Seguradora S.A. e Assurant Serviços Ltd., cujo escopo é a comercialização de produtos de seguros e assistência. Os novos contratos terão o prazo de vigência de até 5 anos. Em virtude desta renovação, a Controladora Club recebeu a quantia de R\$ 75.000 a título de antecipação, a serem diferidos ao resultado pelo prazo do contrato. O recebimento se deu em duas parcelas iguais, a primeira em 31 de março de 2017 e a segunda em 30 de junho de 2017.

**21. Provisão para Litígios e Demandas Judiciais**

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos, em sua maioria de natureza cível. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que a provisão para litígios e demandas judiciais é suficiente para cobrir as perdas prováveis. Os saldos das provisões para litígios e demandas judiciais são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Tributárias:				
FGTS (a)	17.255	2.088	-	1.059
PIS e COFINS (b)	78.177	8.290	(86.467)	-
IPJ	19.914	2.699	-	22.613
FAP/RAT	7.865	220	-	744
Outros riscos tributários	8.707	2.887	(1.280)	10.314
Trabalhistas	131.918	16.189	(87.747)	1.803
Cíveis	20.520	13.404	(3.187)	6.708
Depósitos judiciais	152.949	30.228	(3.441)	1.803
	64.898	47.651	(21.030)	518

**22. Patrimônio Líquido**

**(a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia, no montante de R\$899.597 (R\$899.597 em 31 de dezembro de 2016), estava representado por 204.085.999 ações ordinárias, sem valor nominal e com direito to voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído conforme segue:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor RS	Total de ações	Valor RS	Total de ações
Acionistas domiciliados no País - bloco de controle (pessoas físicas)	668.354	151.625.368	74,29	668.948
PIG	231.243	52.460.631	25,71	230.649
Mercado	899.597	204.085.999	100,00	899.597

**(b) Capital social autorizado:** A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 450.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal. **(c) Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a reserva de retenção de lucros não foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, em virtude do prejuízo apurado nos referidos exercícios. **(d) Política de distribuição de dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consonantes a legislação societária brasileira. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, em virtude do prejuízo apurado no exercício não há proposição de distribuição de dividendos. **(e)**

**Plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações (stock option):** Em 07 de novembro de 2017, foi celebrada nova outorga de opções para cada um dos oito executivos da Companhia, sendo o preço de exercício das opções fixado em R\$ 7,76 para cada ação, sem previsão de correção. O modelo empregado na determinação do preço justo da opção do tipo bermuda é uma variação do modelo de Cox-Ross-Rubinstein, mas conhecido como modelo de árvores binomiais. O instrumento prevê ajuste na quantidade de ações outorgadas para os casos de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversões de ações de espécie/classe. A volatilidade empregada foram os retornos logarítmicos dentro de uma janela de 1 ano entre 07/11/2016 e 07/11/2017. A volatilidade encontrada empregando EWMA foi de 3,74% ao dia útil. Em 05 de dezembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Opção e Outorga para cada um dos oito executivos da Companhia, sendo o preço de exercício das opções fixado em R\$ 7,54 para cada ação, sem previsão de correção. O modelo empregado na determinação do preço justo da opção do tipo bermuda é uma variação do modelo de Cox-Ross-Rubinstein, mas conhecido como modelo de árvores binomiais. O instrumento prevê ajuste na quantidade de ações outorgadas para os casos de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversões de ações de espécie/classe. A volatilidade empregada foram os retornos logarítmicos dentro de uma janela de 1 ano entre 05/12/2015 e 05/12/2016. A volatilidade encontrada empregando EWMA foi de 2,61% ao dia útil. A Companhia, por decisão do seu Conselho de Administração, observando limites impostos pela regulamentação aplicável à época, irá definir, a cada exercício, se as ações objeto do contrato de opção serão adquiridas mediante a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou mediante compra e venda de ações mantidas em tesouraria que serão emitidas ou adquiridas em virtude do plano, observada a regulamentação em vigor. A posição das opções outorgadas em aberto é demonstrada a seguir:

Data	Quantidade - mil		Outorga		Preço de exercício (i)	
	Início do exercício	Final do exercício	Valor justo Na outorga	Atualizado IPCA	Na outorga	Atualizado IPCA
22/05/2013	29/05/2014	22/05/2019	170	14	9,47 a 14,44	25,26
30/05/2014	22/05/2015	22/05/2020	263	15	6,29 a 9,24	12,51
05/12/2016	05/12/2018	05/12/2026	2.340	1.791	3,78	7,54
07/11/2017	07/11/2019	08/11/2027	721	721	5,17	7,76
			3.494	2.541		

A movimentação ocorrida nos exercícios de 2017 e de 2016 nas opções outorgadas em aberto está apresentada abaixo:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Saldo inicial de opções de compra de ações - mil		Saldo inicial de opções de compra de ações - mil	
Emissão de opções de compra de ações - mil	2.488	392	721	2.340
Cancelamento das opções de compras de ações - mil	(668)	(244)	(668)	(244)
Saldo atual no número de opções de compra de ações - mil	2.541	2.488	721	2.488

O valor justo para os planos de opções de compra de ações (stock option) foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos no resultado, na rubrica "Despesas operacionais", e no patrimônio líquido, na rubrica "Reserva de capital", como segue:

Ano da outorga	Despesas incorridas		Estorno no exercício (i)		Exercícios futuros		Total
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
2012	120	-	(120)	-	-	-	-
2013	486	50	(458)	3	80	76	80
2014	410	48	(392)	10	76	86	86
2016	230	2.704	(314)	4.143	6.763	6.763	6.763
2017	-	177	-	3.546	3.723	3.723	3.723
	1.246	2.979	(1.285)	7.702	10.642	10.642	10.642

(i) Em virtude da saída de alguns executivos que compunham as opções cuja extinção do plano é automática, bem como o não exercício das opções dentro do prazo estabelecido, a Companhia realizou o estorno do valor justo apropriado durante os exercícios em que a outorga estava vigente. Os lançamentos estão refletidos nas mesmas contas originais, no resultado na rubrica "Despesas operacionais" e no patrimônio líquido, na rubrica "Reserva de capital".

**23. Receita Operacional Líquida**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta:				
Vendas de mercadorias	3.164.703	3.233.968	3.164.703	3.233.968
Operações com cartão de crédito	-	-	349.110	354.911
Prestação de serviços	6.828	11.513	195.181	184.661
Operação com crédito pessoal	-	-	146.023	129.793
Impostos incidentes:				
Vendas de mercadorias	(764.616)	(825.336)	(764.616)	(825.336)
Prestação de serviços	(700)	(1.215)	(29.350)	(21.806)
Devoluções:				
Vendas de mercadorias	(185.474)	(203.406)	(185.474)	(203.406)
	2.220.741	2.215.524	2.875.577	2.852.785

**24. Custos da Revenda de Mercadorias, das Operações com Cartão de Crédito, das Operações Financeiras e da Prestação de Serviços**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custo da revenda de mercadorias</				

# Demonstrações Financeiras

# marisa

MARISA LOJAS S.A. 61.189.288/0001-89

A DIRETORIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTADORA

Glessiane Fabiana Rossa - CRC 1SP281553/0-4 - CPF 978.182.241-49

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

### Aos acionistas da Marisa Lojas S.A.

São Paulo – SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Marisa Lojas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Marisa Lojas S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Individual e Consolidado

Conforme descrito nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas nº 4 e 8, em 31 de dezembro de 2017, o cartão a receber inclui provisão para créditos de liquidação duvidosa (perdas por redução ao valor recuperável) referente ao cartão de crédito Marisa e operações de crédito pessoal, registrada de acordo com o histórico de perda aplicado aos valores vencidos por falta de vencimento e considerados como críticos. A mensuração, o reconhecimento contábil como uma provisão e a respectiva divulgação requerem julgamento da Companhia na análise da adequação deste critério frente ao cenário econômico atual com o aumento das taxas de inadimplência no mercado. Devido à relevância das vendas por meio do cartão de crédito Marisa, às operações de crédito pessoal e às incertezas inerentes à estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa que podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

#### Como a nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos incluíram a avaliação do desenho e da efetividade dos controles internos relacionados a concessão, extensão e alteração de limites de crédito aos clientes do cartão de crédito Marisa e das operações de crédito pessoal, bem como sobre o controle de acesso ao sistema com relação a alterações nos prazos de vencimento das faturas a receber. Com relação ao valor recuperável dos saldos de contas a receber em 31 de dezembro de 2017, analisamos a adequação da determinação das perdas por redução ao valor recuperável, avaliando as premissas adotadas pela Companhia em comparação a dados históricos e a recebimentos após a data-base, assim como a razoabilidade da política contábil adotada, incluindo a avaliação do julgamento sobre a determinação dos montantes a serem registrados como provisão e se o julgamento foi aplicado de forma adequada e consistente durante o período apresentado. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que é aceitável o reconhecimento e divulgação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

#### Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo - Individual e consolidado

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 11, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem ativos relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos ativo da controladora, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros baseados no plano de negócios e orçamentos preparados pela Companhia. Para elaborar as projeções de lucros tributáveis futuros, a Companhia utilizou premissas baseadas em suas estratégias corporativas, no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido às incertezas inerentes ao negócio que impactam as projeções de lucros tributáveis futuros e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação desses impostos diferidos ativo e o fato da Companhia exercer um julgamento significativo na determinação do valor dos lucros tributáveis futuros, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Analisamos as projeções de lucro e avaliações econômico-financeiras que fundamentaram as premissas de crescimento e de rentabilidade da controladora, com o envolvimento dos nossos especialistas em finanças corporativas na avaliação das

premissas e metodologias utilizadas pela Companhia no cálculo e projeção de lucros tributáveis futuros e comparamos as premissas da Companhia, com dados obtidos de fontes externas, quando disponível, tais como o crescimento econômico projetado, índices de inflação, assim como avaliamos a análise de sensibilidade aplicada nas premissas pela Companhia. Com o envolvimento de nossos especialistas em impostos, avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como a base do prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social que compõem a base tributável e comparamos o resultado esperado de lucro tributável futuro, e o limite do valor a ser registrado como imposto de renda e contribuição social diferidos ativo da Companhia e as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo, os quais não foram registrados ou divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração e divulgação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

#### Contingências ativas e passivas de natureza fiscais, trabalhistas e cíveis - Individual e Consolidado

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 4 e 21, a Companhia é parte ativa e passiva em diversos processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível originados no curso normal de seus negócios. A determinação do valor das provisões e passivos contingentes e das demais divulgações requeridas (incluindo a divulgação de ativos contingentes), bem como a avaliação da existência de obrigação presente e da probabilidade de desembolso, exigem julgamento significativo da Companhia e suas controladas. Devido a esse fato, à complexidade e às incertezas relacionadas aos aspectos legais envolvidos em temas fiscais, trabalhistas e cíveis, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento do desenho dos controles internos chaves relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Obtivemos a lista de consultores externos que representam a Companhia nos processos judiciais e administrativos, e nas posições fiscais tomadas pela Companhia e analisamos a documentação e as respostas às cartas de confirmação, as informações sobre os montantes envolvidos e avaliação da probabilidade de perda. Para os valores mais significativos, com o auxílio de nossos especialistas de impostos e assessores jurídicos, avaliamos a documentação que suporta as opiniões legais emitidas e os aspectos legais e tributários da legislação brasileira, para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia e suas controladas sobre a classificação das perdas e a mensuração dos valores reconhecidos e divulgados, os quais foram por nós recalculados. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas na nota explicativa nº 21. As deficiências que chegaram ao nosso conhecimento no desenho dos controles internos relativos à mensuração dos valores de provisões e passivos contingentes e divulgação de ativos e passivos contingentes fiscais, trabalhistas e cíveis alteraram nossa avaliação quanto à natureza de nosso trabalho e ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis a mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de março de 2018.



Auditores Independentes  
CRC2SP014428/0-6

Wagner Bottino  
Contador CRC 1SP196907/0-7